

# CLIPPING DE NOTÍCIAS

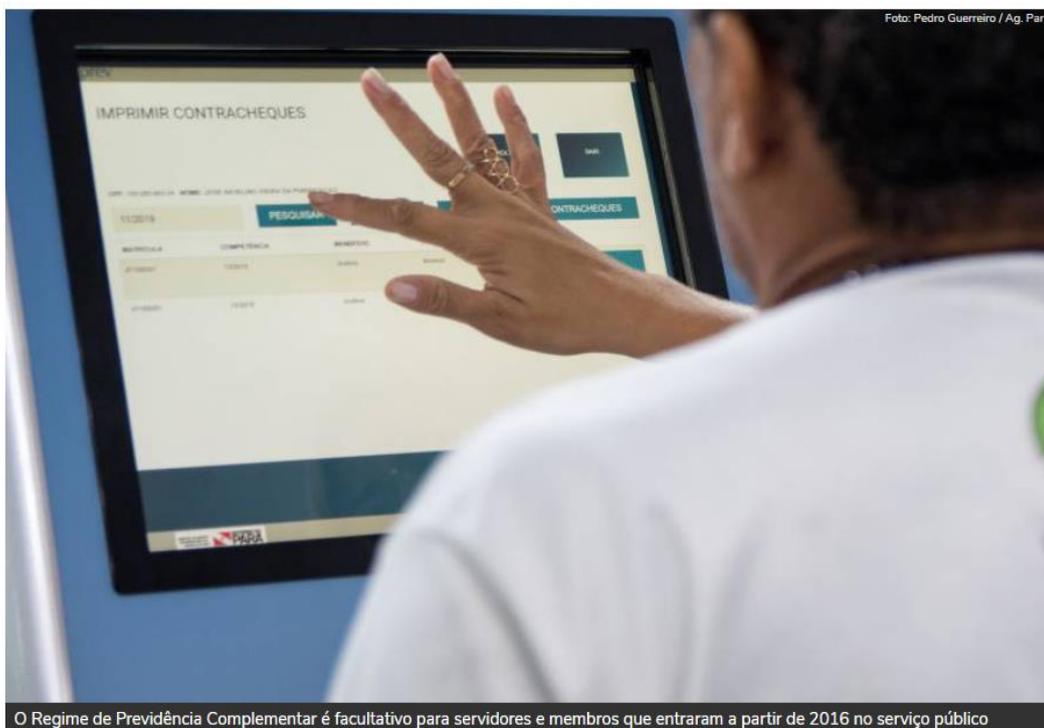
Data: /05/2021

AGÊNCIA PARA 

## Governo inicia estudos para implantação da previdência complementar de servidores

GT tem representantes da Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria de Planejamento e Administração e Instituto de Gestão Previdenciária (Igeprev)

| 20/05/2021 14h26 - Atualizada em 20/05/2021 15h27



O Regime de Previdência Complementar é facultativo para servidores e membros que entraram a partir de 2016 no serviço público

O Governo do Estado publicou, na quarta-feira (19), portaria conjunta para constituição do Grupo de Trabalho que desenvolverá todos os estudos e atos para a implantação do Regime de Previdência Complementar (RPC), voltado para servidores públicos do Estado. O GT é composto por representantes da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), da Secretaria de Planejamento e Administração (Seplad) e do Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev).

“A previdência complementar pode ser um caminho a ser escolhido pelo servidor ou membro, para projetar o futuro. O objetivo é oferecer uma proteção previdenciária adicional, além daquela prevista pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com base nas reservas acumuladas ao longo dos anos”, explicou o procurador-geral do Estado, Ricardo Sefer.

De acordo com a Lei Complementar 111/2016, que institui a previdência complementar no âmbito do Estado do Pará, o RPC é facultativo e aplica-se aos servidores e membros que ingressaram no serviço público estadual a partir de 29 de dezembro de 2016.

Poderão aderir à previdência complementar: os titulares de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo (incluindo os servidores das autarquias e fundações), do Poder Legislativo e do Judiciário; os magistrados, de carreira ou investidos no cargo; os membros e os titulares de cargo de provimento efetivo do Ministério Público; os Conselheiros e os titulares de cargo de provimento efetivo ou vitalício do Tribunal de Contas do Estado (TCE); os membros do Ministério Público de Contas do Estado do Pará; os Conselheiros e os titulares de cargo de provimento efetivo ou vitalício do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e os membros do Ministério Público de Contas dos Municípios; os membros da Defensoria Pública; e os militares.

“No entanto, todos os detalhes ainda serão definidos pelo Governo do Estado, a partir do momento de escolha da entidade de previdência complementar. O regime complementar é uma forma de garantir que, no momento de se aposentar, o servidor consiga uma aposentadoria melhor”, reforçou o procurador-geral.

Ainda segundo Ricardo Sefer, o plano de benefícios será estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD).

A Portaria Conjunta nº 01/2021 estabeleceu que, no prazo de 30 dias, o GT apresente os estudos e os atos necessários para a implantação completa do RPC no Estado. A expectativa é que, até o final deste ano, o plano esteja estruturado e disponível aos beneficiários.

| Por Barbara Brillhante (PGE)

## AGÊNCIA PARA

### Serviço Itinerante do Igeprev segue com atendimentos no interior

Iniciativa foi implementada no início do ano pela atual gestão do Igeprev, como parte das ações do plano de expansão do órgão estadual previdenciário

| 20/05/2021 16h51 - Atualizada em 20/05/2021 16h57

Em pouco mais de uma semana, a unidade móvel do Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev) contabilizou 426 atendimentos realizados em Santarém, a maior cidade do oeste paraense. O caminhão chegou ao município em 10 de maio e a procura pelos serviços foi intensa.

Entre os segurados atendidos pelas equipes do serviço itinerante, Eraldo Guilherme dos Santos Sá, parabenizou a iniciativa de descentralizar o acesso aos benefícios. "Santarém é um polo para essa região que tem muitos servidores do estado e precisam muito dos serviços do Igeprev. Então, parabenizo mais uma vez a vinda do Instituto até à nossa região para atender os servidores da melhor forma possível".

O serviço itinerante foi implementado no início do ano pela atual gestão do Igeprev, como parte das ações do plano de expansão do órgão previdenciário. Juntas, as duas unidades móveis já percorrem mais 3.541 km, passando por 13 cidades, em várias regiões do estado.

O atendimento no novo formato influenciou positivamente o número de concessões de pensões e aposentadorias, que cresceu mais de 62% no primeiro quadrimestre de 2021. Nesse período, 3.388 atendimentos foram feitos nos caminhões, ficando atrás apenas dos 5.871 realizados na sede do IGEPREV em Belém.

De acordo com o Igeprev, a partir do mês que vem, as unidades móveis também vão ser utilizadas na realização do Censo Previdenciário, interrompido em razão da segunda onda da pandemia do coronavírus. "Estamos trabalhando nas últimas definições para o retorno do recadastramento dos segurados a partir de 14 de junho e as unidades móveis serão importantes para facilitar o acesso a quem não pode ficar de fora do processo", disse o presidente do Igeprev, Giussepp Mendes.

## SERVIÇO

O atendimento móvel em Santarém vai até 28 de maio. Outro caminhão está em Capitão Poço, nordeste do Pará, desde o início da semana, onde fica até a próxima sexta-feira (21) e de lá segue para atendimento de 24 a 28 no município de Ourém.

| Por Cácia Medeiros (IGEPREV)